

**Concessionária da Rodovia Presidente
Dutra S.A.**
(Companhia aberta)

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e
2010

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Conteúdo

Relatório da Administração	3 - 14
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	15 - 16
Balanços patrimoniais	17
Demonstrações de resultados	18
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	20
Demonstrações do valor adicionado	21
Notas explicativas às demonstrações financeiras	22 – 67

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Discorre também, sobre o trabalho que a NovaDutra vem desenvolvendo dentro das suas concepções de buscar desafios e superar limites.

Neste exercício, a NovaDutra continuou enfatizando o aprimoramento do seu modelo de gestão operacional, incorporando novas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, otimizando sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco no usuário, objetivando a melhoria contínua da segurança, do conforto e da fluidez do tráfego na Via Dutra.

Os investimentos acumulados até 31 de dezembro de 2011 somaram R\$ 2.052 milhões em obras, equipamentos e sistemas, dos quais R\$ 334 milhões referem-se ao ano de 2011. Durante o ano foram executados 342,9 quilômetros de faixa de restauração do pavimento da rodovia. Merece destaque neste exercício, além da recuperação do pavimento da rodovia, o reforço, recuperação e alargamento de 11 Obras de Artes Especiais; implantações de marginais e trevos; obras de segurança com melhorias para os pedestres e implantação de barreira rígida para a maior segurança do usuário.

Cenário Econômico

O cenário econômico volátil não impactou em nosso programa de obras e manutenção das rodovias em 2011. Não ocorreram atos governamentais ou qualquer outro fator relevante que tenha afetado o nosso desempenho.

A nossa estratégia tem sido:

Melhoria de Arrecadação

Trabalhamos continuamente na melhoria de nossa base de arrecadação e no acompanhamento de mutações de tráfego, monitorando a utilização de rotas de fuga e quando necessário, a negociação com as Prefeituras para inibir o tráfego predatório nas respectivas cidades avaliando, inclusive, a possibilidade de implantação de cabines de bloqueio.

Maximizar Eficiências Operacionais

Estamos maximizando a utilização do sistema eletrônico de cobrança de pedágio, por meio da implantação de novas tecnologias relacionadas à leitura de eixos, controles operacionais (rede de comunicação secundária, painel de mensagem variável e call box) e sistemas de comunicação, além do constante aprimoramento das técnicas de atendimento aos usuários.

Explorar e Desenvolver Oportunidades

Exploramos e desenvolvemos oportunidades, tais como: (a) aluguel de dutos para fibras óticas para companhias de telecomunicações; (b) cobrança de ocupação de faixa de domínio; (c) Controle e regularização de painéis (outdoors/totens) ao longo da Rodovia. Tais receitas

complementares representam cerca de 2,65% de nossas receitas totais. Estamos realizando também um estudo de caracterização da demanda, visando identificar segmentos de nossos usuários, suas origens e destino, suas necessidades melhorando nossa capacidade de análise e projeção da receita e tráfego, permitindo também melhorias no atendimento.

Riscos de Mercado

A administração dos ativos e passivos financeiros da companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, e está exposta a taxas de juros flutuantes, referente a Taxa de juros de Longo Prazo - TJLP e IGP-M relativo a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI.

Resultados Operacionais

1. Desempenho Econômico-Financeiro

1.1 – Receitas

Quase a totalidade da nossa receita advém da cobrança de pedágios. As outras fontes de receita, que são pequenas em termos percentuais, em relação à arrecadação de pedágio, incluem principalmente publicidade e uso da faixa de domínio. Os fatores que influenciam a nossa receita operacional são o volume e classes dos veículos pedagiados e as tarifas de pedágio. No exercício de 2011, 78,33% de nossa receita adveio do pagamento das tarifas de pedágio e 21,67% resultaram de outras atividades.

Nossas receitas de pedágio e acessórias aumentaram em, aproximadamente, R\$ 95.229 milhões em relação a 2010.

Em R\$ mil:

	2010	2011	Crescimento
Receitas de Pedágio	R\$ 900.052	R\$ 993.056	10,33%
Receitas Acessórias	R\$ 24.784	R\$ 27.009	8,98%

O número total de veículos equivalentes, pedagiados na ViaDutra, aumentou de 162 milhões em 2010, para 177 milhões em 2011.

O reajuste das nossas tarifas é feito pela variação da IRT e é aplicado em agosto de cada ano. Quando comparado o valor da tarifa básica de pedágio do quarto trimestre de 2011 com igual período do ano anterior, verifica-se que houve um reajuste de 4,34% em seu valor, passando de R\$ 9,20 (vigente a partir de 1º de agosto de 2010) para R\$ 9,60 (vigente a partir de 1º de agosto de 2011).

1.2 - Deduções da Receita Bruta

Os tributos incidentes sobre a nossa receita são:

- ISS, cuja alíquota varia de um município para o outro, até o limite de 5% sobre a receita operacional bruta;
- PIS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 0,65% de todas as nossas receitas; e
- COFINS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 3% de todas as nossas receitas.

Em 2011, foram recolhidos aos cofres dos municípios do Rio de Janeiro, São João de Meriti, Mesquita, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Queimados, Seropédica, Itaguaí, Paracambi, Piraí, Pinheiral, Volta Redonda, Barra Mansa, Porto Real, Resende, Itatiaia, Queluz, Lavrinhas, Silveiras, Cruzeiro, Cachoeira Paulista, Canas, Lorena, Guaratinguetá, Aparecida, Roseira, Pindamonhangaba, Taubaté, Caçapava, São José dos Campos, Jacareí, Guararema, Santa Isabel, Arujá, Guarulhos e São Paulo o montante de R\$ 51 milhões, relativos a ISS sobre receitas de pedágio e receitas acessórias, o que representou um incentivo fundamental para a infra-estrutura dessas comunidades.

Isso também aliado aos R\$ 37 milhões de PIS e COFINS pagos em 2011, totalizando mais de R\$ 88 milhões em tributos, valor superior em 10% em relação a 2010 (R\$ 80 milhões) principalmente devido ao aumento da receita de pedágio.

1.3 - Custos operacionais e despesas administrativas

No ano de 2011, os custos operacionais e despesas administrativas (R\$ 801.318) foram maiores que as do ano de 2010 (R\$ 762.775), principalmente devido às mudanças dos serviços prestados de operação, manutenção e conservação da rodovia (previstos em contrato).

1.4 - Depreciação e Amortização

No ano de 2011, a depreciação e amortização (R\$ 91.293) foram maiores que as do ano de 2010 (R\$ 78.345), devido às novas aquisições do Ativo Imobilizado e Intangível.

1.5 - Resultado Financeiro

No ano de 2011 o resultado financeiro foi de (R\$ 79.411), enquanto em 2010 foi de (R\$ 73.194), devido ao reconhecimento do REFIS da Lei 11.941/09 (Taxas, Comissões e Outros).

1.6 - Financiamentos

Ao final de dezembro de 2011, o saldo do endividamento a título de financiamento, somou R\$ 644.310 mil, líquido do custo de transação, conforme abaixo discriminado:

Descrição	Valores em R\$ mil
Finame	1.205
Leasing de veículos	3.537
Debêntures	508.202
Notas Promissórias	131.366
Total	644.310

Os contratos de financiamento impõem restrições à distribuição de dividendos atrelados a índices que medem a qualidade de crédito da Companhia. Em 2011 todos esses índices foram atingidos.

O pagamento de nosso endividamento frente ao BNDES é mensal e frente aos debenturistas é semestral.

1.7 - Investimentos

No ano de 2011 os investimentos na rodovia, incluindo custo de manutenção e custo direto somam o montante de (R\$ 334.047 mil), sendo maiores que no mesmo período do exercício anterior (R\$ 220.348 mil).

Obras concluídas durante o ano de 2011

Recuperação, reforço e alargamento:

- Ponte sobre o rio Pirai, km 237,23 - Pista Norte (RJ);
- Ponte sobre o canal do Vigário, km 232,2 - Pistas Norte e Sul (RJ);
- Viaduto de acesso a Penedo, km 310,86 - Pista Sul (RJ);

Recuperação e reforço:

- Viaduto Coelho da Rocha, km 172,9 - travessia (RJ);
- Viaduto sobre a BR-116 (São Pedro), km 109,42 - travessia (SP);
- Viaduto sobre a BR-116 (Ubatuba), km 110,71 - travessia (SP);

Recuperação:

- Passarela Jardim América, km 163,86 (RJ);
- Passarela Toddy, km 219,67 (SP);
- Passarela A. Gaspar, km 214,86 (SP);
- Passarela Parque Columbia, km 165,39 (RJ); e
- Passarela Queluz, km 8,43 (SP).

Melhoramentos:

- Implantação de Iluminação no Posto da PRF de Arujá;
- Implantação de Passarela e ponto de ônibus, km 185,60 (RJ) – Nova Iguaçu;
- Implantação de Faixa adicional km 218 ao km 220 Pista Norte (SP);
- Implantação de faixa adicional entre o km 145 e o km 147 - Pista Sul (SP);
- Implantação do Trevo km 58/SP, Guaratinguetá;
- Implantação do Trevo km 38/SP, Cachoeira Paulista;
- Adequação do trevo km 158 Pista Norte (SP) – Jacareí;
- Implantação do Trevo do km 161 (SP) – Jacareí; e
- Implantação de Passarela e ponto de ônibus, km 184,20 (RJ) – Nova Iguaçu.

2. Pessoal

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, tínhamos respectivamente 1.368 e 1.341 colaboradores. A tabela a seguir contém dados consolidados referentes aos nossos colaboradores:

Categoria	2011	2010
Administração	178	158
Operação	1.190	1.183
Total	1.368	1.341
Turnover	1,36	1,32

O nosso vínculo sindical é com o Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias no Ramo de Rodovias e Estradas em Geral do Estado de São Paulo.

Não houve greve e nenhuma paralisação das atividades nos últimos anos. Não há atualmente nenhuma reivindicação trabalhista relevante pendente contra nós, no tocante às relações com o sindicato. O reajuste salarial para o período 2010/2011 foi de 4%. O salário normativo da categoria é de R\$ 635,00 (seiscentos e trinta e cinco reais).

Conferimos aos nossos colaboradores, nos termos de nossa política de benefícios, plano de previdência privada pela CCR Prev, administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. e outros benefícios sociais como programas de auxílio e ou suplementares ao bem estar social desses e de seus dependentes legais. Esses programas estão em conformidade com as práticas de mercado, exigências legais e acordos coletivos.

Não há planos de opção de compra de ações internamente.

Os programas da NovaDutra relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho (PCMSO e PPRA) estão em conformidade com a legislação.

3. Redução de Acidentes

Em 1997, as estatísticas apontavam para a ocorrência de 773 acidentes, em média, por mês. Em 2011, o índice mensal foi de 982 acidentes, apenas 27% superior aos registrados em 1997, em virtude do tráfego ter aumentado consideravelmente neste período.

Vale ainda ressaltar que o número de vítimas fatais reduziu em 52% se compararmos o ano de 2011 com o ano de 1996, quando teve início a concessão.

Demonstrando sua preocupação com a preservação da vida, a NovaDutra continua realizando ações para a superação desses índices dentre as quais destacamos:

- Programa Estrada para a Cidadania, onde cerca de 128 mil alunos da rede pública de 36 municípios situados ao longo da Rodovia Presidente Dutra, recebem as primeiras noções sobre trânsito, direção responsável e cidadania.

- Programa Estrada para a Saúde, desenvolvido pela CCR NovaDutra em parceria com a Petrobrás Distribuidora, é destinado ao bem estar do motorista de caminhão, oferecendo gratuitamente exames clínicos, informações para melhorar o dia a dia ao volante e educando o caminhoneiro a ter mais cuidado com a sua saúde. Em 2011, foram atendidos mais de 3.000 caminhoneiros.

4. Atendimento ao Usuário

O Sistema de Atendimento ao Usuário da NovaDutra registrou em 2011, **402.378** acionamentos de recursos, destacando-se:

- **224.562** acionamentos de viaturas de inspeção de tráfego e socorro mecânico;
- **30.265** acionamentos de ambulância/resgate;
- **69.288** acionamentos de guinchos leves e pesados;
- **78.263** acionamentos diversos (caminhões-pipa, apreensão de animais, Munck e outros).

O sistema de monitoramento de tráfego, operado por meio de câmeras de TV, interligadas, por redes de fibras óticas, ao CCO (Centro de Controle Operacional) aliado ao 0800 (Disque CCR NovaDutra - 24 horas), ao sistema de telefonia de emergência instalado a cada quilômetro da rodovia e com a efetiva atuação da inspeção de tráfego apoiada por sofisticados equipamentos de monitoramento, estações meteorológicas, painéis de mensagens variáveis e demais equipes e parceiros, permite acionar com maior rapidez os recursos da Concessionária, da Polícia Rodoviária Federal, da ANTT, da Defesa Civil e dos Bombeiros contribuindo de forma ágil ao atendimento das diversas situações registradas diariamente na rodovia.

5. Política Ambiental

A NovaDutra está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais, de acordo com os três níveis de governos: municipal, estadual e federal.

No intuito de manter e operar rodovias no Brasil, as administradoras de rodovias devem seguir procedimentos administrativos relativos à concessão de licenças ambientais. A construção, preparação, operação e ampliação de nossos estabelecimentos e/ou atividades que poluam ou que possam vir a poluir, bem como aquelas que, de qualquer forma, possam causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento do órgão competente. As licenças estabelecem as condições, restrições e medidas de fiscalização aplicáveis ao empreendimento, devendo ser periodicamente renovadas.

A NovaDutra tem obtido as licenças e autorizações necessárias e cumprido as condições ambientais estabelecidas, quer sejam medidas de monitoramento quer sejam medidas compensatórias e/ou mitigadoras, além de contratar uma consultoria especializada para definição dos procedimentos e política ambiental.

Além disso, a NovaDutra através do Programa Coleta Seletiva, com o compromisso e a conscientização dos colaboradores durante o ano de 2011, entregou para reciclagem 12 toneladas de materiais coletados nos postos de trabalho.

6. Responsabilidade Social

Estrada para a Cidadania

Criado em 2005, esse projeto oferece noções de segurança de trânsito e de cidadania a alunos do 4º ano e noções de meio ambiente aos alunos de 5º ano, de escolas públicas municipais.

O Programa fornece material didático gratuito às escolas abrangidas, além de oficinas pedagógicas para os educadores.

Em 2011, o Programa beneficiou 128 mil alunos e 4.400 educadores em 36 municípios servidos pela Via Dutra.

Estrada para a Saúde

O Programa Estrada para a Saúde é destinado ao bem-estar do motorista de caminhão, oferecendo gratuitamente exames clínicos, informações para melhorar o dia-a-dia ao volante e educando o caminhoneiro a ter mais cuidado com a sua saúde.

Este programa leva para rodovia, médicos, enfermeiros e estudantes de saúde para oferecer exames gratuitos aos caminhoneiros em postos de serviços.

Em 2011, mais de 3 mil motoristas profissionais foram atendidos.

Trailer Odontológico

A CCR NovaDutra mantém um consultório dentário completo à bordo de um trailer, que atualmente, fica estacionado em um posto de serviços localizado no município de Roseira (SP).

O Projeto promove o atendimento odontológico gratuito aos caminhoneiros, incutindo as práticas de higiene bucal com o objetivo de reduzir os níveis atuais de cáries e doenças periodontais, bem como a ampliação do acesso desses profissionais ao tratamento.

Em 2011, mais de 2.501 mil motoristas profissionais foram atendidos pelo projeto.

Cine Tela Brasil (Lei Rouanet)

O Cine Tela Brasil consiste em uma grande tenda de 13m x 15m, onde são instaladas 225 cadeiras, equipamento profissional de projeção 35mm (cinemascope), som stereo surround e ar condicionado de última geração. Toda a estrutura é montada e desmontada a cada visita, sendo transportada por um caminhão, que durante as sessões transforma-se em sala de projeção.

Em 2011, o projeto atendeu 20.520 pessoas no eixo da Rodovia Dutra que assistiram gratuitamente filmes nacionais da mais alta qualidade.

Circo Roda Brasil (Lei Rouanet)

A CCR NovaDutra também apóia o Circo Roda Brasil que traz uma nova vitalidade à arte circense, levando ao público espetáculos modernos e diferenciados.

Durante o ano de 2011 o público foi de 3.235 espectadores.

Música nas Escolas de Barra Mansa (Lei Rouanet)

A CCR NovaDutra apóia ainda o projeto Música nas Escolas, na cidade Barra Mansa, que oferece educação musical a crianças e adolescentes. O projeto mantém, entre outros, uma Orquestra Sinfônica e uma Banda Marcial, reconhecidas nacionalmente.

A proposta de oferecer teoria e prática musicais de qualidade deu tão certo que, hoje, caracteriza-se numa verdadeira revolução que já envolve 22 mil jovens e está formando uma nova geração de músicos e espectadores qualificados.

Circuito Cultural Rede Bom Dia (Lei Rouanet)

O projeto consiste em apresentações de peças teatrais, ilustrando grandes nomes do mundo da arte, em Festivais nos municípios de São José dos Campos e Nova Iguaçu.

Durante a temporada de 2011 o público foi de 400 espectadores.

A Magia do Natal

Circuito de Arte e Cultura nas Agulhas Negras

Com a parceria da CCR NovaDutra, foi realizado o projeto “A Magia do Natal Circuito de Arte e Cultura nas Agulhas Negras”, no período de 17 a 31 de dezembro de 2011. O evento busca transformar a região das Agulhas Negras num circuito referencial do Natal, como palco de um grande espetáculo de arte, música, luz e resgate do espírito natalino. Neste evento, 20.000 pessoas puderam prestigiar a cultura da região.

Equipe Joseense de Rali 2011 (Fundo de Apoio ao Desporto não Profissional do Município de São José dos Campos - SP)

A CCR NovaDutra integra o grupo de patrocinadores da Equipe Petrobras Lubrax de Rali. O incentivo visa a formação e aprimoramento técnico-esportivo de atletas para representar o município em competições nacionais e/ou internacionais na modalidade de Rali e promove palestras sobre segurança em escolas públicas de São José dos Campos.

Primeira Camisa (Fundo de Apoio ao Desporto não Profissional do Município de São José dos Campos - SP)

A CCR NovaDutra também patrocina o projeto Primeira Camisa. Idealizado pelo ex-jogador da Seleção Brasileira, Roque Junior, o projeto beneficia 110 jovens e adolescentes e visa o incentivo ao desenvolvimento e prática de esportes e lazer, como instrumento de inclusão social em áreas de maior vulnerabilidade, promovendo a ética, a paz e a cidadania.

Atleta Cidadão (Fundo de Apoio ao Desporto não Profissional do Município de São José dos Campos - SP)

O projeto consiste em promover a inclusão social através do esporte, beneficiando 1.175 atletas de 13 modalidades esportivas, em 72 categorias, além de oferecer convênio de saúde e odontológico.

Handebol em Ação (LIFE – Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte do Município de Jacareí)

A CCR NovaDutra patrocina ainda a equipe masculina e feminina de Handebol do município de Jacareí. O projeto promove a inclusão social e formação de novas gerações de atletas em várias idades.

Formação de Equipes de Tênis de Mesa (LIFE – Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte do Município de Jacareí)

Patrocinado pela CCR NovaDutra, o projeto Tênis de Mesa também tem como objetivo a inclusão social e formação de atletas de alto rendimento. Em 2011, a equipe conquistou vários títulos, entre eles o campeonato brasileiro, jogos regionais e abertos do interior, considerados os mais importantes da região.

Rugby de Jacareí (LIFE – Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte do Município de Jacareí)

Projeto apoiado pela CCR NovaDutra é desenvolvido em Jacareí (SP), pela Associação Esportiva Jacareí Rugby. O objetivo é contribuir para a promoção social por meio do ensino do esporte a 140 meninos e meninas com idades entre 7 e 17 anos.

Voleibol (LIFE – Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte do Município de Jacareí)

O projeto tem por objetivo formar e manter equipes nas categorias masculina e feminina, objetivando resultados expressivos e relevantes para o município de Jacareí (SP).

Rugby Social (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São José dos Campos)

A proposta do projeto apoiado pela CCR NovaDutra e desenvolvido em São José dos Campos (SP), pelo São José Rugby Clube é contribuir para a promoção social por meio do ensino do esporte a 150 meninos e meninas com idades entre 7 e 17 anos.

Instituto Janeth Arcain (Lei Federal de Esporte)

Criado pela ex-jogadora da seleção brasileira de basquete, Janeth Arcain, o projeto tem como missão proporcionar às crianças e aos jovens, desenvolvimento físico e mental harmonioso, respeito por regras e companheiros, sociabilidade e amor pela atividade física, através de treinos práticos e teorias formativas para sua qualidade de vida. O Núcleo de Formação do Projeto Janeth da Cidade de Pindamonhangaba atende cerca de 100 crianças, divididas em quatro grupos de alunos na faixa etária de 7 a 13 anos.

XIV Olimpíada da Baixada Fluminense (Lei Federal de Esporte)

A XIV Olimpíada da Baixada Fluminense tem como objetivo promover a inclusão social a partir do esporte, beneficiando 3.200 jovens de escolas da rede pública de ensino dos treze municípios da Baixada Fluminense – RJ, além de valorizar e revitalizar a prática esportiva nas escolas, e promover a descoberta de novos atletas para o esporte brasileiro.

Ser Diferente é ser Normal (LIF - Lei de Incentivo Fiscal do Município de São José dos Campos)

O projeto consiste em apresentações de teatro, interpretado numa linguagem performática as diferenças dos sexos opostos em seu cotidiano. As apresentações são destinadas ao público jovem e adulto e visa contribuir para a popularização da arte por meio de apresentações em escolas, entidades beneficentes, e outros espaços sociais e culturais, além de desmistificar junto à sociedade, através de espetáculos performáticos, as reais possibilidades da pessoa com Síndrome de Down.

Caminhão de Cultura (LIC – Lei de Incentivo a Cultura do Município de Jacareí)

A CCR NovaDutra patrocina também o projeto Caminhão de Cultura, que exhibe os curtas-metragens, peças teatrais, além de apresentações musicais em espaços públicos, que ajudam a democratizar o acesso à produção audiovisual brasileira.

Encantos e Malassombras de Jacarehy (LIC – Lei de Incentivo a Cultura do Município de Jacareí)

O projeto Encantos e Malassombras propõe revalorizar e divulgar a memória cultural de Jacareí (SP), por meio do registro das histórias fantásticas do universo mágico regional narradas por moradores da cidade. O projeto envolve a produção de um livro com 3 mil exemplares para distribuição gratuita em escolas e instituições jacareenses, a criação de um *blog* para difundir as histórias coletadas e apresentações teatrais com as presenças dos escritores Elton Rivas, Maristela Lemes, Tatiana Baruel.

Ópera Carmen (LIC – Lei de Incentivo a Cultura do Município de Jacareí)

Baseado nas grandes obras de George Bizet “Ópera Carmen”, o projeto propõe a criação de uma ópera com os moradores do município de Jacareí. A peça contou com o público de 1.200 pessoas, além de apresentações de piano nos bairros periféricos da cidade.

Dia Mundial do Meio Ambiente

Em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente (05 de junho), os alunos contemplados pelo Programa Estrada para a Cidadania distribuíram 200 mudas de árvores e plantas ornamentais aos usuários da Via Dutra. O evento contou com a parceria do Centro de Estudos Ambientais do Vale do Paraíba (CEAVAP), da Polícia Rodoviária Federal e apoio da Secretaria Municipal de Educação de Roseira.

Viveiro de Mudanças

A CCR NovaDutra mantém um viveiro de mudas de árvores nativas da mata atlântica na cidade de Roseira - SP. Este projeto também contempla a recuperação de duas áreas de nascente às margens da rodovia e visitas de escolas ao viveiro.

A ação conta com o apoio do CEAVAP – Centro de Estudos Ambientais do Vale do Paraíba, entidade mantenedora da faculdade de Roseira.

A proposta do projeto é produzir mudas de árvores de espécies remanescentes da mata atlântica.

Distribuição de Mudanças no Dia da Árvore

Em 2011, a CCR NovaDutra em parceria com o SOS Mata Atlântica distribuíram nas praças de pedágios 15.000 mudas em alusão ao Dia da Árvore.

Parque Jardim Jurema

A CCR NovaDutra também apóia a revitalização de Parque Natural Jardim Jurema, em São João de Meriti, na baixada fluminense.

Até 2011, a Concessionária participará da recuperação florestal e modernização do Parque, em ação que inclui plantio de 5 mil árvores nativas de mata atlântica.

Projeto Socioambiental Sacolona

Projeto socioambiental que transforma lonas de comunicação rodoviária em sacolas, bolsas e estojos, diminuindo o descarte desta matéria prima nos lixões, além de gerar trabalho e renda para costureiras envolvidas no projeto.

Sonho de Natal (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Barra Mansa)

O projeto consiste no reaproveitamento de materiais, como garrafas PET e metal (latas), que são utilizados para a decoração de Natal no município de Barra Mansa, além de gerar trabalho e renda para a comunidade.

7. Dividendos

Em 2011, com a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária a NovaDutra distribuiu dividendos em março e dezembro. O total dos dividendos distribuídos foi de R\$ 123.616.

8. Implantação do CPR

Em 27 de julho de 2011, foi inaugurado o novo Centro de Pesquisas Rodoviárias – CPR da CCR NovaDutra.

9. Instrução CVM 381/03

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/03, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos a auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

10. Considerações finais

As demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

11. Agradecimentos

Neste ano de 2011, marcado por realizações e conquistas, a CCR NovaDutra agradece a todos os nossos usuários, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo Federal e à ANTT, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e à Polícia Rodoviária Federal pela parceria desenvolvida.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

Santa Isabel, 29 de fevereiro de 2012.

A Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho da Administração e Acionistas da
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.
Santa Isabel - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

		<u>2011</u>	<u>2010</u>			<u>2011</u>	<u>2010</u>
		(Reclassificado)				(Reclassificado)	
Ativo				Passivo			
	Nota				Nota		
Circulante				Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	6	22.527	17.695	Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	12	2.343	2.176
Contas a receber	7	11.605	11.487	Debêntures e notas promissórias	13	212.084	6.857
Contas a receber - Partes relacionadas	9	53.791	46.869	Fornecedores	14	62.102	38.384
Tributos a recuperar		698	585	Fornecedores - Partes relacionadas	9	33.584	28.305
Despesas antecipadas		5.045	1.375	Impostos e contribuições a recolher	15a	22.298	19.656
Outros créditos		<u>274</u>	<u>5.114</u>	Obrigações sociais e trabalhistas		5.090	4.078
Total do ativo circulante		<u>93.940</u>	<u>83.125</u>	Impostos e contribuições parcelados	15b	3.811	6.989
				Provisão de manutenção	18	97.303	96.820
				Outras contas a pagar		<u>8.462</u>	<u>8.276</u>
Não circulante				Total do passivo circulante		<u>447.077</u>	<u>211.541</u>
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Ativo fiscal diferido	8b	129.506	120.074	Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	12	2.399	3.386
Depósitos judiciais		<u>1.506</u>	<u>1.589</u>	Debêntures	13	427.484	498.145
		<u>131.012</u>	<u>121.663</u>	Impostos e contribuições parcelados	15b	25.493	25.232
				Provisão para contingências	16	10.536	7.616
Imobilizado	10	79.943	85.682	Passivo fiscal diferido	8b	124.913	113.880
				Provisão de manutenção	18	<u>96.873</u>	<u>139.661</u>
Intangível	11	<u>1.249.068</u>	<u>1.060.657</u>	Total do passivo não circulante		<u>687.698</u>	<u>787.920</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.460.023</u>	<u>1.268.002</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social	19a	257.911	257.911
				Reservas de lucros	19b	<u>161.277</u>	<u>93.755</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>419.188</u>	<u>351.666</u>
Total do ativo		<u><u>1.553.963</u></u>	<u><u>1.351.127</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>1.553.963</u></u>	<u><u>1.351.127</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2011	2010
Receita Operacional Líquida	20	1.179.631	1.033.915
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(247.728)	(189.104)
Provisão de manutenção	18	(49.357)	(57.211)
Depreciação e amortização		(89.655)	(76.704)
Custos com obrigações poder concedente		(12.353)	(13.683)
Serviços	22	(296.436)	(328.079)
Custo com pessoal		(7.532)	(6.115)
Materiais, equipamentos e veículos		(5.200)	(3.943)
Outros		(9.979)	(8.923)
		<u>(718.240)</u>	<u>(683.762)</u>
Lucro bruto		461.391	350.153
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(11.939)	(8.901)
Serviços		(48.150)	(43.833)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.069)	(1.505)
Depreciação e amortização		(1.637)	(1.625)
Outros		(20.283)	(23.149)
Outras despesas operacionais		<u>(8.961)</u>	<u>(335)</u>
Resultado antes das (despesas) receitas financeiras e impostos		369.352	270.805
Despesas financeiras	21	(82.589)	(75.969)
Receitas financeiras	21	<u>3.178</u>	<u>2.775</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		289.941	197.611
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	8a	(97.202)	(87.831)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	8a	<u>(1.601)</u>	<u>21.440</u>
Lucro líquido do exercício		<u>191.138</u>	<u>131.220</u>
Lucro líquido por ação básico e diluído (em reais)			
Ordinárias	19d	1,41	0,97
Preferenciais	19d	1,56	1,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de Lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Legal	Estatutária	Retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2010		230.769	8.667	4.239	118.156	-	361.831
Aumento de capital	19a	27.142	(8.667)	-	(18.475)	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	(58.240)	-	(58.240)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	131.220	131.220
Destinações:							
Reserva legal		-	6.561	-	-	(6.561)	-
Reserva estatutária		-	-	656	-	(656)	-
Dividendos intermediários		-	-	-	-	(83.145)	(83.145)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	40.858	(40.858)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010		257.911	6.561	4.895	82.299	-	351.666
Distribuição de dividendos	19c	-	-	-	(20.603)	-	(20.603)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	191.138	191.138
Destinações:							
Reserva legal	19b	-	9.557	-	-	(9.557)	-
Reserva estatutária	19b	-	-	956	-	(956)	-
Distribuição de dividendos	19c	-	-	-	(61.696)	(41.317)	(103.013)
Reserva de retenção de lucros	19b	-	-	-	139.308	(139.308)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011		<u>257.911</u>	<u>16.118</u>	<u>5.851</u>	<u>139.308</u>	<u>-</u>	<u>419.188</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	191.138	131.220
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.601	(21.440)
Depreciação e amortização	91.293	78.345
Baixa do ativo imobilizado	9.501	358
Baixa do ativo intangível	2	-
Juros e variação monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes	67.559	46.862
Capitalização de custo de empréstimos	(20.526)	(12.145)
Juros sobre impostos parcelados	2.338	2.824
Reversão da provisão para devedores duvidosos	(302)	(51)
Provisão para contingências	6.219	4.556
Constituição da provisão de manutenção	49.357	57.211
Ajustes a valor presente provisão de manutenção	31.276	35.653
Variações nos ativos e passivos		
Redução (aumento) dos ativos		
Contas a receber	184	(2.225)
Contas a receber - Partes relacionadas	(6.922)	(9.472)
Impostos a recuperar	(113)	674
Despesas antecipadas	(3.670)	(756)
Outras contas a receber	4.923	(4.552)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	23.718	9.595
Fornecedores - Partes relacionadas	(27.853)	1.152
Obrigações sociais e trabalhistas	1.012	1.241
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social	(2.613)	4.695
Liquidação de contingências	(3.299)	(3.240)
Realização de provisão de manutenção	(122.938)	(54.101)
Outras contas a pagar	186	712
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>292.071</u>	<u>267.116</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(14.740)	(19.081)
Aquisição de ativo intangível	(215.070)	(184.391)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(229.810)</u>	<u>(203.472)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(123.616)	(141.385)
Juros sobre o capital próprio	-	(11.944)
Empréstimos, financiamentos e debêntures:		
Captações	148.241	502.074
Pagamentos de principal	(19.484)	(415.552)
Pagamento de juros	(62.570)	(11.476)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>(57.429)</u>	<u>(78.283)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>4.832</u>	<u>(14.639)</u>
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	17.695	32.334
No final do exercício	<u>22.527</u>	<u>17.695</u>
	4.832	(14.639)
Divulgação suplementar às informações dos fluxos de caixa		
Caixa pago durante o exercício		
Imposto de renda e contribuição social	95.509	79.707

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.
(Companhia aberta)

Demonstrações dos valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receitas		
Receita de pedágio	993.056	900.052
Receita de construção	247.728	189.104
Outras receitas	26.707	24.733
Reversão da provisão para devedores duvidosos	302	51
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de construção	(247.728)	(189.104)
Provisão de manutenção	(49.357)	(57.212)
Custos dos serviços prestados	(332.459)	(353.021)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(68.588)	(67.674)
Valor adicionado bruto	<u>569.661</u>	<u>446.929</u>
Depreciação e amortização	<u>(91.293)</u>	<u>(78.345)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>478.368</u>	<u>368.584</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>3.178</u>	<u>2.775</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>481.546</u></u>	<u><u>371.359</u></u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	14.756	11.153
Benefícios	1.686	1.258
FGTS	529	553
Outras	34	61
Tributos		
Federais	140.218	103.693
Estaduais	248	121
Municipais	51.072	46.227
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	81.032	74.599
Aluguéis	833	2.474
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	41.317	83.145
Lucros retidos do período	<u>149.821</u>	<u>48.075</u>
	<u><u>481.546</u></u>	<u><u>371.359</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

Constituição e objeto

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Rodovia Presidente Dutra, Km 184,3 CEP 07500-000, Santa Isabel – SP.

A Companhia tem como objeto social exclusivo, sob o regime de concessão por um prazo total de 25 anos, até 28 de fevereiro de 2021, a exploração da Rodovia BR 116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro - São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, mediante cobrança de pedágio.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Operação da rodovia e execução de obras iniciais de recuperação sem a cobrança de pedágio, o que ocorreu até 31 de julho de 1996;
- Apoio à fiscalização de trânsito, com operação de balanças fixas e móveis e sistema eletrônico de velocidade instalado ao longo da rodovia;
- Construção de marginais nas regiões da Baixada Fluminense (RJ), São Paulo (SP) e de São José dos Campos (SP), iniciada no segundo semestre de 1997 e parcialmente implementados, e construção de novos trechos de 2010 a 2013;
- Implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, instalados no segundo semestre de 1997;
- Implantação da nova pista de subida da Serra das Araras, com cronograma a ser definido pelo Poder Concedente.

Bens reversíveis

No final do período de concessão da rodovia, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelos contratos de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados, e cuja implementação devidamente autorizada pelo Poder Concedente tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aplicadas de maneira consistente.

As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem demonstrados sobre esse conceito.

Em 29 de fevereiro de 2012 foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras.

Reclassificação

Para melhor apresentação do balanço patrimonial do exercício de 2010, foram reclassificados no passivo circulante a remuneração do pessoal chave registrada na rubrica de partes relacionadas para obrigações sociais e trabalhistas, no montante de R\$ 1.157, além disto foram abertas as rubricas de contas a receber partes relacionadas, no ativo circulante e no ativo não circulante; fornecedores partes relacionadas e plano de incentivo partes relacionadas, no passivo circulante e passivo não circulante, anteriormente apresentados somente na rubrica de partes relacionadas.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, a qual é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) requerem que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas trimestralmente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no qual tais estimativas são revisadas e nos períodos futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3 – Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível, dentro da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão.
- Nota 7a – Provisão para devedores duvidosos;
- Nota 8b – Impostos diferidos;
- Nota 10 – Depreciação do ativo imobilizado;
- Nota 11 – Amortização do ativo intangível;
- Nota 16 – Provisão para contingências;
- Nota 17 – Classificação de arrendamento mercantil;
- Nota 18 – Provisão de manutenção;
- Nota 23 – Mensuração de instrumentos financeiros.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a. Receitas de serviços

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias;
- As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;
- Receitas de construção: segundo a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com a Deliberação CVM 576/09, correlacionada ao Pronunciamento Técnico CPC 17 – Contratos de Construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui ativos financeiros não derivativos conforme informados na nota explicativa nº. 23.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido assim designado no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangem aplicações financeiras.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e bancos, clientes, outros créditos e contas a receber de partes relacionadas.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: partes relacionadas, empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores, outras contas a pagar e arrendamento mercantil.

Os passivos financeiros de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos.

iii. Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, após quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo quando designados.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

d. Custo de transação na emissão de títulos

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A utilização do custo amortizado faz com que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual, ou seja, incluem-se neles os juros e os custos de transação da captação, bem como prêmios recebidos, ágios, deságios, descontos, atualização monetária e outros. Assim, a taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

e. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, que não esteja vinculado diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados incluem os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Os custos de ativos construídos pela Companhia incluem os custos de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses possam operar da forma pretendida pela Administração, e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a captação foi a data de início da concessão.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente fluirão para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor de cada componente. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº. 10. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

f. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custo de desenvolvimento de sistemas informatizados.

Os direitos de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “o”.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

g. Ativos arrendados

- *Arrendamento mercantil operacional*

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº. 17a.

- *Arrendamento mercantil financeiro*

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº. 17b.

h. Redução ao valor recuperável de ativos

- *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Companhia determina o valor em uso tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados dos negócios, com base nos orçamentos aprovados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão ou pela vida útil esperada do negócio, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura que a Companhia detém, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto e à respectiva elasticidade do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão de manutenção – Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixas previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

j. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais sejam registrados através do resultado do exercício e variações monetárias positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

k. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos.

l. Benefícios a empregados

- *Planos de contribuição definida*

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

Durante o exercício de 2011, o montante reconhecido como despesa com o plano de contribuição definida foi de R\$ 346 (R\$ 382 em 2010).

- *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro na participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma previsão de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, à taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização de 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os ativos relacionados ao imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados periodicamente e são reduzidos caso sua realização não seja mais provável.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração de imposto de renda e contribuição social. A opção definitiva e irrevogável foi formalizada por ocasião da entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica em 2009 (ano base 2008).

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovados pelos órgãos da administração.

n. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido do exercício e a média ponderada do número de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

o. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e posteriormente são mensurados pelo custo amortizado.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caso a Companhia seja paga pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

p. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas. As demonstrações financeiras não incluem informações por segmento tendo em vista que a Administração não identificou outro segmento operacional além de concessão de rodovias nas operações da Companhia.

q. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) da Companhia, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme CPCs e aplicável às companhias abertas.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Investimentos em títulos de dívida**

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- **Passivos financeiros não derivativos**

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data das demonstrações financeiras.

5 Gerenciamento de riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito;
- b. Risco de taxas de juros e inflação; e
- c. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

- a. **Risco de crédito**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b. Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca realizar parte de suas captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as suas receitas.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do IGP-M relativo às debêntures, (2) do CDI para empréstimos de capital de giro (3) da TJLP relativo aos financiamentos em reais. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº. 6, 12 e 13.

c. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamento e debêntures.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis	2.343	1.440	501	305	153
Debêntures e notas promissórias (*)	212.897	142.800	142.800	143.000	-

(*) Valores brutos dos custos de transação.

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, monitora o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa e bancos	2.474	1.958
Aplicações financeiras	<u>20.053</u>	<u>15.737</u>
	<u><u>22.527</u></u>	<u><u>17.695</u></u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,19% do CDI, equivalente a 11,50% ao ano (9,68% ao ano em 31 de dezembro de 2010).

7 Contas a receber

	2011	2010
Circulante		
Ocupação da faixa de domínio	6.227	6.793
Vale pedágio, cupons a receber e cartão de crédito	5.171	4.751
Locação de painéis publicitários	305	296
Tarifa sobre eventos	40	40
Outros	<u>22</u>	<u>69</u>
	11.765	11.949
Provisão para devedores duvidosos (a)	<u>(160)</u>	<u>(462)</u>
	<u><u>11.605</u></u>	<u><u>11.487</u></u>

O quadro a seguir resume os saldos a receber por data de vencimento:

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2011	2010
Crédito a vencer	11.166	10.659
Créditos vencidos até 60 dias	436	819
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	3	9
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	6	10
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	8	20
Créditos vencidos há mais de 361 dias	<u>146</u>	<u>432</u>
	<u><u>11.765</u></u>	<u><u>11.949</u></u>

- (a) Provisão para devedores duvidosos (PDD) – É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, baseado no histórico de perda da Companhia.

8 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada a seguir:

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	289.941	197.611
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(98.580)	(67.188)
Incentivos fiscais de dedução de imposto de renda	2.355	2.391
Outros ajustes tributários	27	276
Despesas indedutíveis	(123)	-
Despesas com brindes e associações de classe	(776)	(416)
Incentivos Fiscais não dedutíveis	(783)	(836)
Provisão para participação nos resultados (PLR)	<u>(923)</u>	<u>(618)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(98.803)</u>	<u>(66.391)</u>
Impostos correntes	(97.202)	(87.831)
Impostos diferidos	(1.601)	21.440
Alíquota efetiva de Impostos correntes e diferidos	<u>34%</u>	<u>34%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

As projeções para realização dos ativos fiscais diferidos são revisadas anualmente, em dezembro. Se ocorrerem fatos relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2011	2010
Ativo não circulante		
Constituição da provisão de manutenção (a)	66.020	80.404
Depreciação de obras lançadas no custo (b)	35.526	29.811
Depreciação fiscal de gastos com obras registradas como provisão de manutenção (c)	23.726	3.580
Provisão para contingências	3.582	2.590
Provisão para participação nos resultados (PLR)	383	449
Provisão para perda de investimentos	123	123
Custo da transação na emissão de títulos	92	7
Provisão para devedores duvidosos	54	156
Parcelamento de impostos - não homologado	-	2.798
Outros	-	156
	<u>129.506</u>	<u>120.074</u>
Passivo não circulante		
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(108.659)	(110.384)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(16.037)	(3.352)
Outros	(217)	(144)
	<u>(124.913)</u>	<u>(113.880)</u>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

- (a) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “c” conforme práticas contábeis - Lei 11.638/07;
- (b) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis - Lei 11.638/07;
- (c) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis - Lei 11.638/07;
- (d) Depreciação de ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil): trata-se de impostos decorrentes da diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como de melhorias nos termos das práticas contábeis;
- (e) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

contábeis, nos termos das práticas contábeis - Lei 11.638/07.

9 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações		Saldos	
	Serviços prestados	Aquisição de intangível	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores
Controladora				
CCR S.A. - Divisão Actua (a)	26.794	-	-	2.154
Outras partes relacionadas				
Companhia de Participações em Concessões - Divisão Engelog (b)	27.610	-	-	2.169
Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Eng. (c)	-	33.132	-	5.741
COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (d)	240.408	-	-	23.520
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (e)	-	-	53.791	-
Total, 31 de dezembro de 2011	<u>294.812</u>	<u>33.132</u>	<u>53.791</u>	<u>33.584</u>
Total, 31 de dezembro de 2010	<u>307.680</u>	<u>5.593</u>	<u>46.869</u>	<u>28.305</u>

O quadro abaixo demonstra os saldos a pagar aos profissionais chave:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Remuneração dos administradores (f)	2.280	1.157

(a) Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR;

(b) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR;

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de obras da Rodovia;
- (d) Prestador exclusivo de serviços de operação e manutenção da Rodovia; e
- (e) Referem-se aos valores de tarifas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do sistema Sem Parar, e aos valores de tarifa de pedágio eletrônico os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente.
- (f) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: conselho de administração (somente remuneração fixa), diretoria estatutária e diretoria não estatutária.

Os montantes referentes às despesas com profissionais chave da administração estão apresentados abaixo:

	2011	2010
Remuneração		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.155	1.147
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	2.862	1.243
Previdência privada	126	85
Seguro de vida	4	5
	<u>4.147</u>	<u>2.480</u>

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2011			2010
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	4.184	(2.190)	1.994	1.571
Máquinas e equipamentos	12	22.808	(11.114)	11.694	7.947
Veículos	20	22.017	(14.422)	7.595	7.755
Instalações e edificações	7	1.586	(1.579)	7	(1)
Sistemas operacionais	8	84.971	(43.388)	41.583	33.074
Imobilizações em andamento	-	17.070	-	17.070	35.336
		<u>152.636</u>	<u>(72.693)</u>	<u>79.943</u>	<u>85.682</u>

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo dos bens totalmente depreciados era de R\$ 29.764 (R\$ 26.232 em 31 de dezembro de 2010).

As taxas de depreciação das classes de bens do ativo imobilizado estão condizentes com a vida útil estimada dos bens. Caso a vida útil ultrapasse o prazo da concessão, as taxas de depreciação consideram este prazo limite.

Movimentação do custo

	2010	2011			
	Custo	Adições	Baixas	Transferências (1)	Custo
Móveis e utensílios	3.644	-	(211)	751	4.184
Máquinas e equipamentos	17.618	7	(340)	5.523	22.808
Veículos	20.170	-	(900)	2.747	22.017
Instalações e edificações	1.558	-	-	28	1.586
Sistemas operacionais	100.956	-	(40.320)	24.335	84.971
Imobilizações em andamento	<u>35.336</u>	<u>17.127</u>	<u>(76)</u>	<u>(35.317)</u>	<u>17.070</u>
	<u>179.282</u>	<u>17.134</u>	<u>(41.847)</u>	<u>(1.933)</u>	<u>152.636</u>

(1) Reclassificação do ativo intangível para imobilizado.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 2.394 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 3.262 em 31 de dezembro de 2010).

As principais imobilizações em andamento em 31 de dezembro de 2011 são as seguintes:

- Implantação do Bi-Direcional;
- Equipamento para implantação do Sistema de Controle de Arrecadação (SCA);
- Revitalização do dinheiroduto;
- Instalação de gerador.

Movimentação da depreciação

	2010	2011			
	Depreciação	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação
Móveis e utensílios	(2.073)	(266)	165	(16)	(2.190)
Máquinas e equipamentos	(9.671)	(1.747)	304	-	(11.114)
Veículos	(12.415)	(2.822)	815	-	(14.422)
Instalações e edificações	(1.559)	(20)	-	-	(1.579)
Sistemas operacionais	(67.882)	(6.584)	31.062	16	(43.388)
	<u>(93.600)</u>	<u>(11.439)</u>	<u>32.346</u>	<u>-</u>	<u>(72.693)</u>

11 Ativo intangível

	Taxa anual de amortização %	2011			2010
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura (a)	(*)	1.716.251	(472.059)	1.244.192	1.057.647
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	6.275	(5.135)	1.140	1.020
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	5.666	(1.930)	3.736	1.990
		<u>1.728.192</u>	<u>(479.124)</u>	<u>1.249.068</u>	<u>1.060.657</u>

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do custo

	2010		2011		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências (1)	Custo
Direitos de exploração da infraestrutura (a)	1.451.035	266.334	(2)	(1.116)	1.716.251
Direitos de uso de sistemas informatizados	5.667	-	-	608	6.275
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	3.225	-	-	2.441	5.666
	<u>1.459.927</u>	<u>266.334</u>	<u>(2)</u>	<u>1.933</u>	<u>1.728.192</u>

Movimentação da amortização

	2010		2011	
	Amortização	Adições	Amortização	Adições
Direitos de exploração da infraestrutura (a)	(393.388)	(78.671)	(472.059)	(78.671)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(4.647)	(488)	(5.135)	(488)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(1.235)	(695)	(1.930)	(695)
	<u>(399.270)</u>	<u>(79.854)</u>	<u>(479.124)</u>	<u>(79.854)</u>

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(a) Do montante de R\$ 1.716.251 em 31 de dezembro de 2011, R\$ 240.750 refere-se a intangível em fase de construção e não disponibilizado aos usuários. As principais obras de melhorias em andamento em 31 de dezembro de 2011 são as seguintes:

- Implantação de marginal do km 170,4 ao km 176 Pista Norte RJ;
- Implantação de marginal em Guarulhos km 216 ao km 222 – SP;
- Implantação de marginal do km 173,7 ao km 176 Pista Sul RJ;
- Adequação do trevo do km 158 Pista Norte-SP;
- Reforço e alargamento de obras de arte especiais;
- Implantação de passarelas nos km 301,9 RJ e no km 206,75 SP.

(1) Reclassificações do ativo intangível para o imobilizado.

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 18.132 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 8.883 em 31 de dezembro de 2010). A taxa de capitalização dos custos de empréstimos

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

foi, em média, de 0,78% ao mês durante o período de 2011 (em média, de 0,19% ao mês durante o período de 2010).

12 Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil

Item	Instituições Financeiras	Taxas contratuais (% a.a.)	Custo Efetivo (% a.a.)	Vencimento final	2011	2010
(1)	Banco Bradesco S.A.	TJLP + 3,0	N/I	Dezembro de 2011	-	243 (a)
(1)	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	TJLP + 3,0	N/I	Maio de 2012	164	608 (a)
(2)	HSBC Bank Brasil S.A.	TJLP + 1,7	N/I	Outubro de 2013	200	310 (a)
(3)	Banco Alfa de Investimento S.A.	TJLP + 1,0	N/I	Julho de 2015	841	1.068 (a)
(4)	Banco Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	CDI + 1,5	N/I	Outubro de 2013	2.252	3.333 (b)
(5)	Banco Itaú Leasing S.A.	CDI + 1,23	N/I	Junho de 2014	422	- (b)
(6)	Banco Bradesco S.A.	CDI + 1,14	N/I	Novembro de 2014	863	- (b)
Total					<u>4.742</u>	<u>5.562</u>
Total circulante					<u>2.343</u>	<u>2.176</u>
Total não circulante					<u>2.399</u>	<u>3.386</u>

Garantias

- (a) Fidejussória e Bens financiados;
- (b) Bens financiados; e
- (c) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2011
2013	1.440
2014	502
2015	305
2016	<u>152</u>
Total	<u>2.399</u>

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, especificamos as principais condições, garantias vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo as indexações do quadro acima. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- (1) Em 08 e 30 de novembro de 2006 e em 06 de julho e 31 de agosto de 2007, a Companhia firmou cinco contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco e Unibanco (atualmente Itaú Unibanco), no valor total de R\$ 2.920, destinados à compra de caminhões, ambulâncias e plataforma de auto socorro. O pagamento dos juros e a amortização do principal ocorrerão entre 15 de fevereiro de 2007 e 15 de maio de 2012. Os encargos financeiros desses contratos são de 3% a.a. acrescido de TJLP.
- (2) Em 10 de outubro de 2008, a Companhia firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R\$ 435, destinado à compra de equipamentos. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 17 de agosto de 2009 e 15 de outubro de 2013. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de outubro de 2008 e 15 de julho de 2009 e mensalmente no período de amortização. Os encargos financeiros desse contrato são de 1,7% a.a. acrescido de TJLP.
- (3) Em 17 de junho de 2010, a Companhia firmou quatro contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Banco Alfa de Investimento S.A., no montante total de R\$ 1.053, destinado à compra de caminhões, plataformas de autossocorro e guinchos. A amortização do principal se dará em cinquenta e quatro parcelas mensais, entre 15 de fevereiro de 2011 e 15 de julho de 2015. Os juros serão pagos trimestralmente, em 15 de outubro de 2010 e 15 de fevereiro de 2012 e mensalmente no período de amortização. Os encargos financeiros desses contratos são de 1% a.a. acrescido de TJLP.
- (4) Desde julho de 2010, a Companhia firmou contratos de arrendamento mercantil no montante de R\$ 3.736, junto ao Banco Alfa Arrendamento Mercantil S.A. com vencimentos finais a partir de junho de 2013 até outubro de 2013. Os encargos financeiros destes contratos são CDI + 1,5% a.a.
- (5) Em 20 de junho de 2011, a investida firmou o contrato de arrendamento mercantil com Banco Itaú Leasing S.A., no montante de R\$ 412, com pagamento de principal e juros em 36 parcelas mensais e com vencimento final em 22 de junho de 2014. A taxa de juros é de 1,232127% a.m.
- (6) Em 10 de novembro de 2011, a Companhia firmou o contrato de arrendamento mercantil financeiro com Bradesco Leasing S.A., no montante de R\$ 867 com pagamento de principal

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

em 36 parcelas mensais e com vencimento em 10 de novembro de 2014. A taxa de juros é de 1,14% a.m.

13 Debêntures e notas promissórias

	Taxas Contratuais	Custo Efetivo (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo de custos de transação a apropriar	Vencimento final	2011	2010	
(1) Debêntures - Série 1	110,50% do CDI	0,1648% (a)	1.683	1.150	Outubro de 2015	304.877	302.968	(b)
(1) Debêntures - Série 2	112,50% do CDI	0,1648% (a)	1.122	767	Outubro de 2015	203.325	202.034	(c)
(2) HSBC - Cetip (Notas promissórias)	CDI + 106,8%	0,0100% (a)	13	12	Novembro de 2012	131.366	-	(c)
						<u>639.568</u>	<u>505.002</u>	
Circulante								
Debêntures e notas promissórias						212.897	7.650	
Custo de transação						(813)	(793)	
						<u>212.084</u>	<u>6.857</u>	
Não Circulante								
Debêntures						428.600	500.000	
Custo de transação						(1.116)	(1.855)	
						<u>427.484</u>	<u>498.145</u>	

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas às futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a influência do prazo de cada transação. Os métodos de cálculo acima estão de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08 (R1).

Garantias

(b) Flutuante

(c) Não existem garantias

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2.011
2013	142.800
2014	142.800
2015	<u>143.000</u>
Total	<u>428.600</u>

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures e nota promissória. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- (1) Em 1º de outubro de 2010, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, no total de 500.000 divididas em duas séries, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos e valor nominal total de emissão de R\$ 500.000, podendo ser totalmente resgatadas a qualquer momento, a critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

As séries das debêntures emitidas possuem as seguintes características:

As debêntures da 1ª série, no total de 300.000 possuem garantia flutuante e tem valor nominal total de R\$ 300.000. A remuneração é de 110,5% do CDI e os pagamentos dos juros são semestrais, entre 15 de setembro de 2011 e de 2015. A amortização do principal será realizada em parcelas anuais, entre 15 de setembro de 2012 e de 2015.

As debêntures da 2ª série, no total de 200.000, são subordinadas e tem valor nominal total de R\$ 200.000. A remuneração é de 112,5% do CDI e os pagamentos dos juros são semestrais, entre 15 de setembro de 2011 e de 2015. A amortização do principal será realizada em parcelas anuais, entre 15 de setembro de 2012 e de 2015.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Distribuição de dividendos em valor superior ao mínimo legal, caso o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) menor ou igual a 1,2 e/ou o resultado da divisão Dívida líquida/EBITDA, seja maior ou igual a 4;
- Redução do capital social da emissora após a data de emissão das debêntures, para um valor inferior a R\$ 100.000, sem que haja anuência prévia de no mínimo, 2/3 dos titulares das debêntures em circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

- (2) Em 25 de novembro de 2011, a Companhia realizou a 1ª emissão de notas promissórias, no total de 26 notas de série única, sem garantia, para distribuição pública, com esforços restritos e com valor nominal total de R\$ 130.000. As mesmas serão remuneradas à taxa de 106,8% do CDI e o vencimento do valor nominal e dos juros ocorrerá em 19 de novembro

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de 2012. As notas promissórias poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

14 Fornecedores

	2011	2010
Fornecedores e Prestadores de Serviços Nacionais (a)	44.783	26.237
Fornecedores e Prestadores de Serviços Estrangeiros (a)	293	217
Cauções e Retenções Contratuais (b)	<u>17.026</u>	<u>11.930</u>
	<u><u>62.102</u></u>	<u><u>38.384</u></u>

(a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, é retido 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

15 Obrigações fiscais

a) Obrigações fiscais Federais, Estaduais e Municipais – a recolher

	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social	8.839	7.360
ISS a recolher	6.913	6.149
Pis e Cofins	3.432	3.170
Pis, Cofins e CSLL retidos	1.451	1.762
INSS	1.506	983
IRRF	105	174
Outros	<u>52</u>	<u>58</u>
	<u><u>22.298</u></u>	<u><u>19.656</u></u>

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Impostos e contribuições parcelados

	2010	2011			Total
	Saldo Inicial	Atualização	Pagamento	Transferências	
Circulante					
IRPJ	1.638	64	-	(1.702)	-
CSLL	737	36	(85)	(688)	-
COFINS	2.886	84	(1.910)	(1.060)	-
ISS	994	143	(1.137)	-	-
INSS	717	28	-	(745)	-
IRRF	17	1	-	(18)	-
Parcelamento Lei 11.941/09 (1)	-	496	(2.266)	5.581	3.811
Total circulante	6.989	852	(5.398)	1.368	3.811
Não circulante					
IRPJ	14.194	268	-	(14.462)	-
CSLL	4.677	177	-	(4.854)	-
INSS	6.218	238	-	(6.456)	-
IRRF	143	6	-	(149)	-
Parcelamento Lei 11.941/09 (1)	-	940	-	24.553	25.493
Total não circulante	25.232	1.629	-	(1.368)	25.493

(1) Os impostos parcelados através da Lei nº. 11.941/09 começaram a ser pagos a partir de junho de 2011 de acordo com o processo de consolidação da Receita Federal do Brasil ocorrido em 17 de junho de 2011, em até 120 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, e atualizados mensalmente com base na taxa Selic.

16 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos processos

	2010	2011		
	Saldo inicial	Constituição de provisão	Pagamento	Total
Não circulante				
Cíveis	7.519	6.063	(3.110)	10.472
Trabalhistas	97	156	(189)	64
Total	7.616	6.219	(3.299)	10.536

A Companhia possui outras contingências passivas relativas a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2011	2010
Cíveis - Indenização aos usuários da rodovia	19.434	17.424
Trabalhistas e previdenciárias	1.418	1.365
Tributárias	3.614	5.015
	24.466	23.804

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 18.273 para os processos em andamento.

17 Arrendamento mercantil

a. Operacional

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2011	2010
Até um ano	-	44

A Companhia em 31 de dezembro de 2011 não possui nenhum contrato de arrendamento mercantil operacional vigente.

A Companhia reconheceu despesas com operações de arrendamento mercantil operacional, no montante de R\$ 628 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 2.264 em 31 de dezembro de 2010).

b. Financeiro

A Companhia possui ativos num montante de R\$ 4.033 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até 3 anos, com cláusula de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia.

Ativo imobilizado – valor residual

	2011	2010
Veículos	3.113	3.486

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia reconheceu como despesas financeiras o montante de R\$ 410 e R\$ 740, respectivamente, relativos a despesas de depreciação.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	2011		2010	
	<u>Valor Nominal</u>	<u>Valor Presente</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Valor Presente</u>
Até um ano	2.376	1.828	1.358	1.265
Acima de um ano e até cinco anos	<u>2.675</u>	<u>1.708</u>	<u>2.094</u>	<u>2.068</u>
	<u>5.051</u>	<u>3.536</u>	<u>3.452</u>	<u>3.333</u>

Os valores presentes foram calculados com base na taxa de juros dos contratos de arrendamento mercantil.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18 Provisão de manutenção

	2010		2011			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Total
Circulante						
Provisão de manutenção	96.820	17.817	9.577	(122.938)	96.027	97.303
Não circulante						
Provisão de manutenção	139.661	31.540	21.699	-	(96.027)	96.873

As taxas para cálculo do valor presente são equivalentes as taxas de mercado para os períodos a que se referem e estão demonstradas a seguir:

Projetos com início de provisão até 2009: 14,75%;
Projetos com início de provisão até 2010: 12,34%; e
Projetos com início de provisão à partir de 2011: 12,62%.

Em 31 de dezembro de 2011 o montante provisionado corresponde a R\$ 254.127 do fluxo de caixa nominal dos projetos (R\$ 217.240 em 31 de dezembro de 2010).

19 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social subscrito é representado por 128.766.186 de ações, sendo 64.383.093 ordinárias e 64.383.093 preferenciais, sem valor nominal.

Não houve movimentação das ações ordinárias e preferenciais durante os exercícios de 2010 e 2011.

Em 30 de abril de 2010, a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou o aumento de capital social no montante de R\$ 27.142, sendo R\$ 8.667 a conta de reserva legal e R\$ 18.475 mediante capitalização de reserva de retenção de lucros.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Reservas de lucros

- *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva estatutária*

É constituída à razão de 0,5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Estatuto da Companhia, até o limite de 10% do capital social.

- *Reserva de retenção de lucros*

É constituída para a aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

c. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) considerando como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado.

Em 30 de março de 2011, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, a Companhia distribuiu dividendos intermediários, no montante de R\$ 20.603, correspondente a R\$ 0,16 por ação, à conta de reserva de retenção de lucros do exercício de 2010.

Em 15 de dezembro de 2011, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, a Companhia distribuiu dividendos intermediários, no montante de R\$ 103.013, correspondente a R\$ 0,80 por ação, sendo R\$ 61.696 sobre a reserva de retenção de lucros do exercício de 2010, e R\$ 41.317 sobre os lucros apurados no período compreendido entre 1º de janeiro a 30 de setembro de 2011.

d. Lucro por ação básico e diluído

Conforme requerido pelo CPC 41 – Lucro por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas dividido pelo número médio

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ponderado de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

Segue abaixo, o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

(Em milhares, exceto ações e lucro por ação)	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Numerador		
Lucro líquido disponível	191.138	131.220
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído	64.383.093	64.383.093
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído	64.383.093	64.383.093
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$	1,41	0,97
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em R\$	1,56	1,07

20 Receitas

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receitas de pedágio	993.056	900.052
Receitas de contrato de construção	247.728	189.104
Receitas acessórias	<u>27.009</u>	<u>24.784</u>
Receitas brutas	<u>1.267.793</u>	<u>1.113.940</u>

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do período:

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receitas brutas	1.267.793	1.113.940
Menos:		
Impostos sobre receitas	(88.396)	(80.138)
Ganhos na arrecadação de pedágio	<u>234</u>	<u>113</u>
Total das receitas	<u><u>1.179.631</u></u>	<u><u>1.033.915</u></u>

21 Resultado Financeiro

	2011	2010
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos, arrendamento mercantil e debêntures	(67.559)	(45.548)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(31.276)	(35.653)
Juros sobre impostos parcelados	(2.338)	-
IOF	(1.394)	(831)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(513)	(4.093)
Juros e multas sobre obrigações fiscais e sociais	(35)	(675)
Variação monetária sobre debêntures	-	(1.314)
Capitalização de custos dos empréstimos	<u>20.526</u>	<u>12.145</u>
	<u><u>(82.589)</u></u>	<u><u>(75.969)</u></u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.144	2.640
Juros e outras receitas financeiras	29	112
Descontos obtidos	<u>5</u>	<u>23</u>
	<u><u>3.178</u></u>	<u><u>2.775</u></u>
	<u><u>(79.411)</u></u>	<u><u>(73.194)</u></u>

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22 Serviços

	2011	2010
Serviços de Operação de Rodovias (a)	(240.408)	(258.289)
Serviços de Obras Conservação Rodovias	(24.839)	(45.095)
Serviço de Gerenciamento de Obras - Parcela Fixa	(20.252)	(15.135)
Outros serviços	<u>(10.937)</u>	<u>(9.560)</u>
	<u>(296.436)</u>	<u>(328.079)</u>

- (a) Prestador exclusivo de serviços de operação e manutenção da Rodovia conforme contrato firmado com o COPER – Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra.

23 Instrumentos financeiros

Política

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política da Companhia permite a contratação de instrumentos derivativos unicamente com o objetivo de proteção das flutuações do câmbio, taxa de juros e índices de inflação, e é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia não usa instrumentos derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em caráter especulativo, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos ou refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2011				2010			
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Total	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Total
Ativos								
Caixa e bancos	-	2.474	-	2.474	-	1.958	-	1.958
Aplicações financeiras	20.053	-	-	20.053	15.737	-	-	15.737
Contas a receber	-	11.605	-	11.605	-	11.487	-	11.487
Contas a receber - Partes relacionadas	-	53.791	-	53.791	-	46.869	-	46.869
Passivos								
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(1.205)	(1.205)	-	-	(2.229)	(2.229)
Debêntures	-	-	(639.568)	(639.568)	-	-	(505.002)	(505.002)
Arrendamento mercantil	-	-	(3.537)	(3.537)	-	-	(3.333)	(3.333)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(70.564)	(70.564)	-	-	(46.660)	(46.660)
Fornecedores - Partes relacionadas	-	-	(33.584)	(33.584)	-	-	(28.305)	(28.305)
Total	20.053	67.870	(748.458)	(660.535)	15.737	60.314	(585.529)	(509.478)

(a) Valores líquidos dos custos de transação

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** – São definidos como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico o valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Caixa e bancos, contas a receber e contas a receber de partes relacionadas** - São classificadas como empréstimos e recebíveis e mensuradas pelo método do custo amortizado;

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Arrendamento mercantil, fornecedores, fornecedores partes relacionadas, e outras contas a pagar** – Estão registrados pelo método do custo amortizado;
- **Nota promissória e Debêntures** – São classificadas como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos os saldos apurados seriam os seguintes:

	2011		2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	510.119	521.992	505.002	528.143
Notas Promissórias (*)	131.378	132.119	-	-

(*) Valores brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

- **Financiamentos** – São classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo. Conforme descrito na nota explicativa nº. 12.

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$ 20.053 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 15.737 em 31 de dezembro de 2010).

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

- **Nível 3:** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos no quadro a seguir, os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias para os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e nota promissória com taxas pós-fixadas, no horizonte de até 31 de dezembro de 2012. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de doze meses a partir da data dessas demonstrações financeiras ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro. Os cálculos foram efetuados com base na posição em aberto de cada operação, na data dessas demonstrações financeiras, não levando em consideração eventuais vencimentos intermediários. As taxas definidas para o cenário provável foram adicionadas, nos cenários A e B dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ (2)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do CDI	Outubro de 2015	510.119	(61.821)	(77.382)	(92.983)
Notas promissórias	Aumento do CDI	Novembro de 2012	131.378	(13.394)	(16.515)	(20.062)
				<u>(75.215)</u>	<u>(93.897)</u>	<u>(113.045)</u>

As taxas de juros consideradas para 12 meses foram:

CDI (1)	10,87%	13,59%	16,31%
---------	--------	--------	--------

Abaixo estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(1) Refere-se à taxa de 30/12/2011, divulgada pela CETIP.

(2) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30/12/2011 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro anterior, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Finame), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

24 Cobertura de Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2011, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia foram resumidas conforme abaixo:

- Riscos de engenharia - Cobertura por obra, sendo o maior valor R\$ 123.719;
- Riscos patrimoniais e responsabilidade civil - R\$ 55.000 e R\$ 15.000, respectivamente;
- Perda de receita - Previsão de faturamento para doze meses de R\$ 1.090.740, sendo o período indenizatório de até 30 dias ou R\$ 90.895.

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$ 34.825, cobrindo riscos das obrigações previstas no contrato de concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

25 Compromissos vinculados ao contrato de concessão

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu o compromisso de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação e alargamento das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2011 esses compromissos estavam estimados em R\$ 624.006 (R\$ 707.829 em 31 de dezembro de 2010).

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estes investimentos se destinam a melhorias na infraestrutura para que a mesma possa comportar o provável aumento do tráfego futuro e, conseqüentemente, gerar receitas adicionais para a concessionária.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro

Composição da Diretoria

Ascendino da Silva Mendes	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
José Herzen Salgado Alves	Diretor Operacional

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3

ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2012

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da Lei 6404/76 e do artigo 25, §1º, inciso IV da Instrução Normativa da CVM nº 480/09, apresentamos a Vossas Senhorias para análise e posterior aprovação em Assembléia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia, a ser realizada oportunamente, a proposta de **Orçamento de Capital** para o exercício de 2012, no valor de R\$ 279.040.000,00 (Duzentos e setenta e nove milhões e quarenta mil reais), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada nesta data.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 279.040.000,00

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia	R\$ 279.040.000,00
---	---------------------------

Origens / Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2011	R\$ 139.308.237,92
--	---------------------------

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$ 139.731.762,08
--	---------------------------

Santa Isabel, 29 de fevereiro de 2012.

RENATO ALVES VALE
Presidente do Conselho de Administração

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido em 29 de fevereiro de 2012 e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Santa Isabel, 29 de fevereiro de 2012.



ASCENDINO DA SILVA MENDES

Diretor Presidente e de Relação com Investidores



JOSÉ HERZEN SALGADO ALVES

Diretor Operacional